

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.295 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 14 DE MAIO DE 2001



Saturnino apresenta na quarta o relatório sobre violação do painel

Se houver recomendação de perda ou suspensão de mandato, a Mesa devolverá o processo para que seja aberto prazo de defesa

Saturnino pretende sugerir penas idênticas para ACM e Arruda caso conclua pela recomendação de punições

O senador Roberto Saturnino apresentará na quarta-feira ao Conselho de Ética o relatório sobre a violação do painel eletrônico do Plenário. A votação do parecer, contudo, ficará para o dia 23 se houver pedido de vista do processo. Saturnino disse que, se for o caso de punição, pretende sugerir penas idênticas para os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda.

PÁGINA 3

Oposição colherá novas assinaturas para CPI da Corrupção

PÁGINA 3



Plenário aprecia amanhã, em primeiro turno, a ampliação do limite de idade para aposentadoria compulsória

Plenário vota mudança na aposentadoria compulsória

Proposta de emenda constitucional de autoria do senador Pedro Simon, que o Plenário votará amanhã, altera a idade para aposentadoria compulsória do servidor público em geral e dos magistrados. Objetivo é aumentar o limite de 70 para 75 anos.

PÁGINA 5

CCJ promove audiência pública sobre nova Lei das S. A.

PÁGINA 8



Ministro pode vir à CI debater racionamento

PÁGINA 7

CAE analisa dedução maior de gastos com dependentes

PÁGINA 5

CAS discute reprodução assistida

A Comissão de Assuntos Sociais promove amanhã audiência pública, com a participação de autoridades e especialistas da área, sobre o uso de técnicas artificiais para facilitar a procriação.

PÁGINA 4

CE examina programa de apoio à infância

Na Comissão de Educação, será votado projeto que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância. O programa proposto estende a merenda escolar às gestantes e às crianças com até sete anos de idade.

PÁGINA 4

Restrição a porte de armas na pauta da CRE

Matéria, que será votada amanhã, tem como relator o senador Pedro Piva

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota amanhã, em reunião prevista para as 17h30, projeto de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que restringe o porte de armas de fogo. O relator da matéria, senador Pedro Piva (PSDB-SP), analisou outros dois projetos sobre o assunto, de iniciativa do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF) e do então senador Djalma Falcão, decidindo pelo arquivamento.

Na mesma reunião, o senador

Hugo Napoleão (PFL-PI) também fará uma exposição sobre a 3ª Cúpula das Américas realizada em Quebec, no Canadá, quando foi discutida a implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Napoleão participou da reunião a convite do governo brasileiro como representante do Senado.

Está pautada ainda a votação do requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) propondo a realização de audiência pública sobre o combate ao narcotráfico.

Acusado de receptação de cargas depõe amanhã

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o roubo de cargas no país ouve amanhã, a partir das 10h, o depoimento do comerciante Ari Natalino, de Campinas (SP). Acusado de sonegação fiscal, receptação de carga roubada, formação de quadrilha, falsidade ideológica, lavagem de dinheiro e adulteração de combustível, Natalino é dono de mais de 200 empresas, muitas em nome de "laranjas". Entre elas está a Petroforte, a terceira maior distribuidora de combustível do país.

Ele também pode ser acareado com o economista Adjalmir Si-

mões Ferreira, que é apontado como um de seus "laranjas" e já foi ouvido pela CPI. Adjalmir foi sócio de Natalino em duas empresas distribuidoras de petróleo, situadas em Paulínia (SP).

Na próxima semana, integrantes da CPI devem viajar novamente para o Sul do país. Desta vez a cidade visitada será Foz do Iguaçu (PR), onde circula um alto número de caminhões roubados, que seguiriam em direção ao Paraguai. O objetivo da viagem, de acordo com os parlamentares que integram a CPI, é alcançar os receptadores.

CPI ouve ex-dirigentes do Santos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol brasileiro reúne-se na quarta-feira, às 9h, para tomar depoimentos de dois ex-dirigentes do Santos Futebol Clube, Samir Jorge Abdul Hak e José



Paulo Fernandes. Além deles, será ouvido o empresário esportivo Ivani Targino de Melo.

Presidida pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), a CPI tem prazo até o fim do ano para concluir suas investigações.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 14 DE MAIO DE 2001

| PLENÁRIO | COMISSÕES |
|---|--|
| <p>14h30 — Sessão não deliberativa</p> <p>PREVISÃO PLENÁRIO</p> <p>Terça-feira 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: PR nº 18/01, autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até 218,1 milhões de euros, com o Bird; votação, em segundo turno, da PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 57/95, altera dispositivos relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória de servidor público em geral; votação, em primeiro turno, da PEC nº 63/99, dá nova redação ao inciso II e à alínea "b" do inciso III do parágrafo 1º do art. 40 da Constituição; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 10/00, altera a alínea "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição, que institui a imunidade tributária para cadernos escolares; votação secreta dos Pareceres nºs 292/01, sobre a Mensagem nº 214/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa para o cargo de diretor da Anel; e 293/01, sobre a Mensagem nº 215/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Eduardo Henrique Ellery Filho para exercer o cargo de diretor da Anel; primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-território federal de Rondônia; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; PR nº 14/01, autoriza o estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia do Brasil, no valor equivalente a US\$ 90 milhões junto ao Bird, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Melhoria da Qualidade da Educação Básica no Estado do Ceará; PR nº 1/99-CN, regulamenta os artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.506/97, que dispõe sobre o valor da pensão do dependente do segurado do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), a ser concedida ou mantida pela União; e Requerimento nº 207/01, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 216/99 e 271/00, por regulararem a mesma matéria.</p> | <p>Terça-feira 10h — Comissão de Assuntos Econômicos Pauta: PLS nº 103/99, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; PLS nº 167/99, que dispõe sobre alterações de alíquotas do Imposto de Importação; PLS nº 395/99, que dispõe sobre a concessão de desconto para os músicos, estudantes ou profissionais no valor do ingresso em espetáculos musicais; PLS nº 217/00, dá nova redação ao inciso III do art. 4º e à alínea "c" do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250/95, que altera a legislação do Imposto de Renda da Pessoa Física (RPF); entre outras proposições. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19</i></p> <p>10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pauta: audiência pública para instrução do PLC nº 23/01, altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385/76, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5</i></p> <p>10h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura Pauta: PLS nº 36/01, altera a Redação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 5.917/73, inclusão de novo trecho; PLS nº 669/99, altera dispositivo da Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; PLS nº 109/95 (tramitando em conjunto com o PLC nº 20/93), que dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens; entre outras proposições. <i>Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6</i></p> <p>10h — Subcomissão Permanente do Idoso Pauta: definição do cronograma. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9</i></p> <p>11h — CPI do Roubo de Cargas Pauta: depoimento de Ari Natalino. <i>Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2</i></p> <p>11h30 — Comissão de Educação Pauta: PLS nº 264/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; PLS nº 491/99, altera a redação do artigo 9º da Lei nº 9.615/98, que institui normas gerais sobre desportos; PLS nº 17/01, altera a Lei nº 9.424/96, que dispõe sobre o Fundef, na forma prevista no art. 6º, parágrafo 7º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; entre outras proposições. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15</i></p> <p>17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Pauta: exposição do senador Hugo Napoleão sobre a 3ª Cúpula das Américas em Quebec (reunião sobre a Alca); PLS nº 292/99 (tramita em conjunto com os PLSs nºs 386 e 614, de 1999), que dispõe sobre o fabrico, depósito, trânsito e porte de arma de fogo; e Requerimento nº S/Nº/01, do senador Tião Viana, solicitando audiência pública sobre o combate ao narcotráfico. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7</i></p> <p>Após a Ordem do Dia — Comissão de Assuntos Sociais Pauta: audiência pública para instrução (art. 93 — RISF) do PLS nº 90/99, que dispõe sobre a reprodução assistida Convidados: presidentes Gonzalo Vecina Neto, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Horácio Schneider, da Sociedade Brasileira de Genética; Rui Alberto Ferrioni, da Comissão Nacional Especializada de Fertilidade Assistida; dos professores Silmara Juny de Abreu Chinellato e Almeida, do Departamento de Direito Civil da Universidade de São Paulo; e outros. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9</i></p> <p>Após a Ordem do Dia — CPI das ONGs Pauta: depoimento de Lorenzo Carrasco, autor do livro <i>Máfia Verde</i>. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3</i></p> |
| <p>Quarta-feira 11h — Sessão Solene Conjunta do Congresso destinada a homenagear a memória do governador Mário Covas. Plenário da Câmara dos Deputados 14h30 — Sessão deliberativa ordinária Pauta: segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-território federal de Rondônia; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem. 19h — Sessão Conjunta do Congresso destinada à apreciação de projetos de lei e de projetos de decreto legislativo. Plenário da Câmara dos Deputados</p> | <p>Quarta-feira 9h — CPI do Futebol Pauta: depoimento dos ex-dirigentes do Santos Futebol Clube Samir Jorge Abdul Hak e José Paulo Fernandes. <i>Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2</i></p> <p>10h — Conselho de Ética Pauta: apresentação do relatório. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3</i></p> <p>10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pauta: emendas de Plenário nºs 2 e 3 à PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFF), altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 — Código de Processo Penal; entre outras proposições. <i>Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3</i></p> <p>18h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura Pauta: audiência pública com delegação de senadores do México, com o objetivo de conhecer as diferentes posições e a experiência brasileira no modelo de privatização do setor energético. <i>Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6</i></p> |
| <p>Quinta-feira 10h — Sessão deliberativa ordinária Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 44/00, altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição, que dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de presidente da República, governadores de estado e do Distrito Federal e prefeitos; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do ex-território federal de Rondônia; PLC nº 63/00, que dispõe sobre a inserção, nas fitas de vídeo gravadas que especifica, destinadas a venda ou aluguel no país, da seguinte mensagem: "Faça sexo seguro. Use camisinha"; PLC nº 110/00, denomina Palácio Desembargador Rivando Bezerra Cavalcanti o edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraíba; PLC nº 9/01, denomina Aeroporto de Uberlândia — Tenente Coronel Aviador César Bombonato o aeroporto da cidade de Uberlândia (MG); PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; Requerimento nº 223/01, do senador Lúcio Alcântara, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 35/01 com o PLC nº 44/00, por regulararem a mesma matéria; e Requerimento nº 224/01, do senador Lauro Campos, solicitando a tramitação conjunta do PLS nº 35/01, com o PLC nº 44/00, por regulararem a mesma matéria.</p> | <p>Quinta-feira 9h — Sessão não deliberativa</p> |
| <p>Sexta-feira 9h — Sessão não deliberativa</p> | <p>Sexta-feira 9h — Sessão não deliberativa</p> |

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Saturnino apresenta relatório ao conselho na quarta

Votação provavelmente ocorrerá só no dia 23, pois é dado como certo que alguns senadores pedirão vista do processo. Relator já adiantou que, se for o caso de punição, pretende sugerir penas idênticas para ACM e Arruda

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) apresentará ao Conselho de Ética, às 10h de quarta-feira, o relatório sobre as investigações destinadas a apurar se houve quebra de decoro parlamentar por parte dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) no episódio da violação do painel eletrônico do Plenário. O relator lerá suas conclusões na reunião de quarta, mas a votação do parecer deve ficar para o dia 23, pois é dado como certo que alguns senadores pedirão vista do processo por uma semana.

O presidente do Conselho, se-

nador Ramez Tebet (PMDB-MS), já disse em entrevista à imprensa que não poderá recusar o pedido de vista, mas não permitirá que o expediente sirva para protelar indefinidamente a votação do relatório. Tebet deve marcar a votação para a semana seguinte, quando, se o relatório propuser punição mais severa que advertência e for aprovado, o processo será remetido imediatamente à Mesa do Senado.

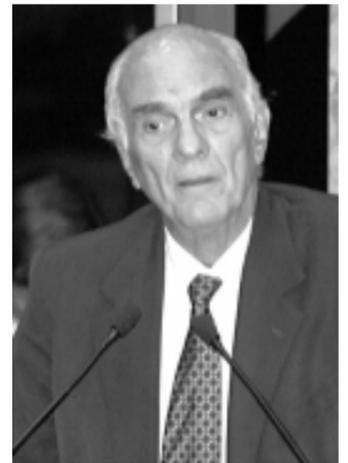
Se houver recomendação do relator para suspensão ou perda de mandato, a Mesa devolverá o processo ao Conselho de Ética, para que seja aberto pra-

zo de defesa. O senador Roberto Saturnino já afirmou à imprensa que, se for o caso de punição, pretende sugerir no relatório penas idênticas para Antonio Carlos e para o senador José Roberto Arruda.

Arruda não constava do pedido inicial de investigação por parte das oposições, baseado em uma conversa de Antonio Carlos com três procuradores da República, mas seu nome surgiu quando Regina Borges, ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen), admitiu ter comandado uma equipe que retirou uma lista com os votos se-

cretos do painel, dados na sessão que cassou o senador Luiz Estevão, em junho do ano passado. Regina sustentou que Arruda pediu a lista, e que estaria falando em nome de Antonio Carlos.

Também nesta quarta-feira, o presidente do Conselho de Ética deve colocar em votação requerimento do senador Ney Suassuna (PMDB-PB) que pede votação aberta do relatório de Roberto Saturnino. Todas as outras votações, caso o processo tenha seguimento, serão sigilosas, como determinam o Regimento Interno do Senado e a Constituição.



Roberto Saturnino lerá seu relatório para o Conselho de Ética na quarta-feira

Heloísa: PT divulgará nomes de quem voltou atrás no apoio à CPI

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que o PT fará ampla divulgação dos nomes dos deputados que retiraram suas assinaturas do requerimento para criação da CPI da Corrupção, inviabilizando sua instalação.

— Também vamos cotejar esses nomes com as recentes liberações de verbas orçamentárias e outros favores do governo. Eles não terão vida política fácil — afirmou.

Para Heloísa Helena, o julgamento da opinião pública será implacável com o que chama de “balcão de negócios” montado pelo governo no Congresso.

— Acho que estão comemorando cedo demais essa vitória pois, mais dia menos dia, a CPI será instalada. Não porque os partidos de oposição o desejem, mas porque a opinião pública o exigirá, quando tomar conhecimento pleno dos fatos, do preço concreto dessa “operação abafa” — disse.

Heloísa Helena não quis comentar o efeito desse episódio sobre os

acontecimentos no Conselho de Ética, que julgará os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF). “Sou membro efetivo e não devo antecipar minha posição nem emitir juízo de valor”, observou.

Ela disse que a nova tentativa de instalar a CPI, desta vez somente no Senado, esclarecerá a posição dos 29 senadores que assinaram o requerimento anterior, bem como a do senador Fernando Bezerra (sem partido-RN), que prometeu assinar o documento ao voltar ao Senado, na próxima semana.

Segundo Heloísa, não há impedimento constitucional ou regimental para a apresentação de um requerimento similar de instalação de CPI no Senado. Um projeto de lei, de resolução, ou de emenda constitucional não pode ser reapresentado na mesma sessão legislativa se for rejeitado. Mas, para a senadora esse caso é diferente: “Trata-se de um requerimento de CPI, e tampouco foi rejeitado”, concluiu.



Heloísa Helena afirma que não há impedimento legal para novo pedido de CPI



Lauro quer apresentar projeto definindo retirada de assinatura como quebra de decoro

Lauro considera retirada de assinatura quebra de decoro

Membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o senador Lauro Campos (sem partido-DF) disse na sexta-feira que “todos os parlamentares que retiraram a assinatura da CPI da Corrupção cometeram quebra de decoro”.

Como a opinião do parlamentar não tem amparo regimental, ele pretende apresentar proposta nes-

se sentido. Para tanto, já solicitou à Consultoria Legislativa do Senado a elaboração de uma minuta de proposta segundo a qual será considerada quebra de decoro a retirada de assinatura a requerimento pela criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) após o pedido ter sido protocolado junto à Mesa do Senado.

Dutra prepara novo requerimento só de senadores

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), afirmou na sexta-feira que organizará um novo requerimento para instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Corrupção, desta vez apenas no Senado. A partir de hoje, ele procurará cada um dos 29 senadores que firmaram o requerimento anterior, para recolher as assinaturas novamente. São necessárias 27 — um terço do número total de senadores — para instalar uma CPI.

José Eduardo Dutra admite a possibilidade de que alguns senadores não queiram colocar suas assinaturas no novo requerimento, mas afirmou que divulgará esses casos, um a um. “Ninguém ficará na posição confortável de dizer que era favorável à CPI, mas que a Câmara dos Deputados inviabilizou a proposta. Quem quiser apoiar o governo terá que



Segundo Dutra, “quem quiser apoiar o governo terá que colocar sua cara na vitrine”

colocar sua cara na vitrine”, garantiu.

O senador afirmou que, com base no artigo 244 do Regimento Interno do Senado, que o presidente Jader Barbalho usou para aceitar a retirada de assinaturas já apostas ao requerimento, desde que feitas antes de sua publicação no *Diário do Congresso*, o requerimento não deve ser arquivado, mas devol-

vido ao primeiro signatário — ele mesmo. Mas, para José Eduardo Dutra, essa é uma discussão bizantina.

— Se a presidência não quiser devolver, redijo outro, igualzinho. O que o Senado não pode aceitar é ficar refém de 20 deputados fisiológicos, que não honraram sua palavra, preferindo obter vantagens do governo — afirmou.

José Eduardo Dutra acha que ainda é cedo para dizer que as manobras do governo conseguirão livrar os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) da abertura de processo para cassação de seus mandatos por quebra de decoro parlamentar, assunto sob exame no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. “Talvez não estejam dispostos a repetir o gesto vergonhoso dos deputados”, disse o líder do Bloco Oposição.

CE vota criação de programa de apoio a gestantes e crianças

Em reunião marcada para as 11h30 de amanhã, a Comissão de Educação (CE) apreciará uma pauta de 17 itens. Entre eles, o substitutivo do relator, senador Hugo Napoleão (PFL-PI), ao projeto que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância (Pronai), de iniciativa



Projeto de Pedro Piva destina recursos da Loteria Esportiva ao Comitê Olímpico Brasileiro

do então deputado Hélio Bicudo (PT-SP), hoje vice-prefeito da capital paulista, e da deputada Rita Camata (PMDB-ES).

O programa, que tem como objetivo viabilizar a alimentação de gestantes e crianças de zero a sete anos, deverá ser implementado por intermédio do Fundo Nacional de Alimentação e Incentivo aos Projetos de Alimentação da Criança, cuja criação também é prevista no projeto. Os recursos do fundo serão aplicados em projetos alimentares formulados pelos conselhos de alimentação escolar, devendo ser compatíveis com os objetivos do Pronai.

Na prática, o Pronai pretende es-

tender o benefício da merenda escolar às gestantes e crianças até sete anos de idade. Outra diretriz do programa é combater o desemprego e a migração populacional para os grandes centros urbanos, por meio do aproveitamento de produtos alimentícios da merenda escolar produzidos na região em que

são consumidos. Com a medida, caem os custos de transporte e as economias locais são fomentadas.

Também deve ser analisado pela CE substitutivo do relator, senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), ao projeto de Pedro Piva (PSDB-SP) que altera a lei que institui normas gerais sobre desportos para destinar ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB) 10% da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais, além de outros jogos que necessitem de autorização federal. Atualmente, o COB tem direito à renda líquida anual de um dos testes da Loteria Esportiva.

Subcomissão do Idoso define cronograma de trabalho

O cronograma de trabalho da Subcomissão Permanente do Idoso, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), será definido amanhã, em encontro previsto para as 10h. Entre as ações propostas para 2001, destacam-se a instalação de uma linha 0800 para recebimento de denúncias e sugestões e a criação de uma página na Internet com informações sobre leis e projetos voltados para os idosos e demais deliberações do colegiado, presidido pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO).

As atividades da subcomissão também devem incluir audiências públicas sobre temas de interesse da terceira idade. Devem ser convidados a falar sobre sua experiência profissional e de vida a apre-



Inezita Barroso deverá ser ouvida pelos senadores que integram a comissão

sentadora Hebe Camargo, com mais de 50 anos dedicados à televisão brasileira, o cantor Juca Chaves e a cantora Inezita Barroso, que já tem mais de 80 anos mas ainda está à frente do programa *Viola, minha Viola*, veiculado pela TV Cultura de São Paulo.

Outro depoimento esperado é o da secretária nacional de Assistência Social, Wanda Engel, responsável pela implementação da política nacional do idoso. Os integrantes da comissão também devem fazer visitas aos estados, reunindo-se com governadores, secretários e presidentes dos conselhos estaduais do idoso para discutir medidas que contribuam para melhorar a inserção desse segmento na sociedade.

CAS realiza audiência pública sobre reprodução assistida

Autoridades e especialistas na área são convidados para o debate, programado para subsidiar o exame de projeto sobre o assunto

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se amanhã, logo após a ordem do dia, para realizar nova audiência pública sobre projeto de lei, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que dispõe sobre a reprodução assistida.

A proposta, que receberá decisão terminativa na comissão, tem o objetivo de regulamentar o uso de tecnologia na implantação artificial de espermatozoides e embriões humanos no aparelho reprodutor de mulheres receptoras, para facilitar a procriação.

Participarão da audiência pública na CAS, que é presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), os seguintes convidados: Gonzalo Vecina Neto, presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Silmara Jauny de Abreu Chinellato e Almeida, professora do Departamento de Direito Ci-



Lúcio Alcântara quer regulamentar a implantação artificial de espermatozoides e embriões humanos

vil da Universidade de São Paulo e integrante da Comissão Biotécnica-Biodireito da OAB-SP; Jussara Maria Leal de Meirelles, professora de Direito Civil da PUC do Paraná; e Horácio Schneider, presidente da Sociedade Brasileira de Genética.

Também estão convidados Débora Diniz, diretora-executiva do

Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero; Rui Alberto Ferriani, presidente da Comissão Nacional Especializada de Fertilização Assistida; deputado De Velasco (PSL-SP), representando a Igreja Evangélica; e Nelson Cardoso de Almeida, coordenador-adjunto da área de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde.

CCJ analisa projeto que obriga SUS a assegurar transporte para doentes

Projeto de lei prevendo que o Sistema Único de Saúde (SUS) fornecerá transporte, alimentação e pousada para pacientes que precisem ser tratados fora de seu local de domicílio é um dos itens da pauta que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai examinar quarta-feira. A proposta, da senadora Marina Silva (PT-AC), estabelece que doentes moradores de localidades com carência de serviços de saúde requeiram sua remoção para outras cidades dotadas de centros médicos mais avançados. O projeto tem parecer favorável, com emendas do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Em sua justificativa, Marina diz que uma grande parcela da população brasileira está dispersa por enormes áreas, especialmente nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e vive em locais com precárias condições de assistência médica. Para garantir atendimento adequado, essas pessoas precisam viajar para os maiores centros urbanos do país.

Ela ressalta que, na Região Norte, existem 6,16 médicos para



Marina pretende melhorar a assistência à população de locais onde os serviços de saúde são precários

cada 10 mil habitantes, enquanto a média brasileira é de 18,23 por 10 mil. O número total de leitos na região é de 22.176, cifra que ela considera "irrisória" em relação ao total de 503.461 leitos existentes no país.

Na pauta da CCJ, está também projeto de Lúcio Alcântara que regulamenta o comércio eletrônico, ou seja, as compras feitas via Internet. Ele prevê que, na formação de um contrato, a oferta e a aceitação poderão ser expressas por mensagens eletrônicas e que essas mensagens terão efeito jurídico, quando demandado.

Alcântara justifica que "o avan-

ço da tecnologia impõe a necessidade de adaptação do ordenamento jurídico às inovações introduzidas no cotidiano da sociedade". Ele ressalta que o comércio eletrônico "é uma realidade que se encontra em franca expansão e precisa ser adequadamente disciplinado". O projeto tem parecer favorável do relator, senador José Fogaça (PMDB-RS), e será examinado em caráter terminativo.

Constam ainda da pauta outras proposições que versam sobre preservação do meio ambiente, regulamentação de eleições e fornecimento de bolsas de estudo, entre outros.

PEC eleva para 75 anos aposentadoria compulsória

Autor da proposta a ser votada em primeiro turno, Pedro Simon lembra que, depois de aposentados aos 70 anos, ex-ministros do Supremo Tribunal Federal continuam em plena atividade como juristas, elaborando pareceres

Hoje obrigados a aposentar-se aos 70 anos, os servidores públicos poderão ter prorrogada em cinco anos a exigência para que se aposentem compulsoriamente. Essa mudança é o que estabelece proposta de emenda à Constituição do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que o Senado deve votar amanhã, em primeiro turno.

Em defesa do texto, que prorroga para 75 anos também a aposentadoria dos magistrados, Simon alega que a expectativa de vida do brasileiro vem aumentando e alterando significativamente o perfil populacional. Ele observa que os mesmos ministros que atualmente vão para a inatividade aos 70 anos são frequentemente contratados para elaborar pareceres jurídicos no âmbito de processos em curso no próprio tribunal onde não podem mais trabalhar.

Também amanhã, o Senado delibera sobre autorização para o Brasil contrair empréstimo de 218 milhões de euros junto ao Bird (Banco Mundial). O dinheiro se destinará ao financiamento par-



Simon argumenta que expectativa de vida do brasileiro vem aumentando

cial do Projeto de Crédito Fundiário para o Combate à Pobreza Rural, que deverá ser executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Incra.

Na mesma sessão, está prevista a votação, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que isenta de qualquer taxa os cadernos escolares e o papel destinado à sua impressão. Aprovado por 62 votos favoráveis e dois contrários em primeiro turno, se aprovado novamente, o texto ainda precisará ser submetido ao exame da

Câmara dos Deputados.

O Senado começa nesta semana a discutir proposta de emenda à Constituição do senador Moreira Mendes (PFL-RO) destinada a transformar os integrantes da carreira de policial militar do ex-território de Rondônia em quadro em extinção da administração federal. O texto estabelece que esses policiais continuarão prestando serviço ao estado de Rondônia, na condição de cedidos pela União.

Na quinta-feira, os senadores votam projeto da Câmara que obriga a inscrição da seguinte mensagem nas fitas de vídeo com filmes eróticos ou pornográficos, destinados à venda ou aluguel: "Faça sexo seguro. Use camisinha". O projeto determina que, se não tiverem essa mensagem, as fitas poderão ser apreendidas.

Em segundo turno, o Senado inicia a discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que exige a renúncia, seis meses antes do pleito, do presidente da República, governadores e prefeitos que desejarem disputar a reeleição.



Arlindo Porto propõe reajuste de 51% de dedução na tabela do IR, congelada desde 1995

rável ao projeto, o senador José Alencar disse que os novos valores vão, inclusive, contribuir para reduzir o grau de regressividade tributária no Brasil — que cobra proporcionalmente mais impostos de quem ganha menos —, na medida em que um valor fixo em reais mais elevado de dedução por dependente será mais representativo para os pais de família que ganham menos.

Para fixar os novos valores nas deduções por dependente, o autor do projeto tomou como base a evolução do salário mínimo de 1995 até a data de entrada em vigor do novo valor daquele salário, que é atualmente de R\$ 180.

IMPORTAÇÕES

A CAE deverá ainda examinar projeto de lei de autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM) determinando que o Executivo seja obrigado a submeter à aprovação do Senado toda alteração no Imposto de Importação de qualquer produto, fora dos acordos bilaterais mantidos pelo país. O Senado

teria 60 dias para aprovar ou rejeitar as novas alíquotas baixadas pelo governo.

O relator da matéria, senador Maguito Vilela (PMDB-GO), deu parecer favorável à sua aprovação. Entretanto, a CAE recebeu também um voto em separado do senador Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo do Senado, que considerou a proposta inócua, por não existir a possibilidade de se mexer nas alíquotas do Imposto de Importação fora dos acordos de integração econômica, no âmbito do Mercosul ou como medidas compensatórias respaldadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

CAE sabatina indicado para procurador-geral do Cade

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) deverá sabatar amanhã, a partir das 10h, o advogado Fernando de Magalhães Furlan, indicado pelo presidente da República para exercer o cargo de procurador-geral do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça que tem como objetivo básico garantir a livre concorrência no mercado brasileiro, julgando e estabelecendo punições para os casos de abuso do poder econômico. O mandato do procurador-geral do Cade é de dois anos.

Ao examinar a mensagem do presidente da República encaminhada à Casa, o senador Freitas Neto (PFL-PI) concluiu que o nome indicado está qualificado para o pleno desempenho do cargo.

Fernando Furlan foi consultor para assuntos internacionais e relações institucionais do Grupo Sadia, no período de 1995 a 2000, atuando também como advogado no exterior, em grandes escritórios nos Esta-



Freitas Neto: advogado Fernando Furlan está qualificado para o cargo

dos Unidos e Europa (Chicago e Bruxelas), sendo ainda assessor do gabinete do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do presidente da Câmara dos Deputados. O indicado para o Cade graduou-se como bacharel em Direito e Administração pela Universidade de Brasília (UnB) e tem curso de mestrado em Ciência Política pela Universidade de Paris.

ROTATIVIDADE

Na mesma reunião, a CAE deverá apreciar projeto de autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM) contra a rotatividade de mão-de-obra nas empresas, por meio da criação de incentivos fiscais que desestimulem a demissão de funcionários com mais de 40 anos de idade.

Examina, também, projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) prevendo desconto de 50% no preço de ingresso em espetáculos musicais para músicos e estudantes de Música. O relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), contudo, sugere que os músicos profissionais tenham desconto somente de 20% nos ingressos.

Saturnino quer aperfeiçoar normas para a publicidade

Está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) que altera dispositivo sobre a publicidade oficial para estabelecer que lei determinará os limites com gastos em publicidade de obras dos órgãos e entidades da administração direta e indireta.

A proposta pretende ainda explicitar que as normas sobre o assunto não se referem apenas à administração direta, mas a todos os órgãos e entidades da administração pública de qualquer das esferas político-administrativas.

O texto constitucional em vigor li-

mita somente qualitativamente os gastos com publicidade dos órgãos da administração, ao estabelecer que "a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos".

A PEC de Saturnino determina que lei específica para a criação de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública deverá conter normas especiais de limitação à publicidade com obras, adequadas às condições operacionais das entidades.

Comissão examina aumento de dedução com dependentes

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) deverá examinar na reunião de amanhã, às 10h, o projeto de lei do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que determina um reajuste de 51% nos valores estipulados em lei para a dedução com dependentes, para efeito de cálculo do Imposto de Renda das pessoas físicas. O relator da matéria, senador José Alencar (PMDB-MG), ao dar parecer favorável à aprovação do projeto, destacou que essa será, inclusive, uma forma de compensar os contribuintes pela não-correção da tabela de incidência daquele tributo, congelada pelo governo desde 1995.

Segundo a proposta do senador Arlindo Porto, ex-ministro da Agricultura do atual governo, a dedução por dependente passará de R\$ 90 para R\$ 136 na apuração mensal; e de R\$ 1.080 para R\$ 1.632 na apuração anual do Imposto de Renda das pessoas físicas.

Ao justificar sua posição favo-

Senado faz dois lançamentos na Bienal do Livro do Rio de Janeiro

Obras compõem a Coleção "O Brasil Visto por Estrangeiros" e retratam o país da primeira metade do século 19

O Rio de Janeiro Como É, de C. Schlichthorst, e *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*, de Daniel P. Kidder, que compõem a Coleção "O Brasil Visto por Estrangeiros", serão lançados pelo Senado na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, que se realizará de 17 a 27 de maio.

Publicados pelo Conselho Editorial do Senado, que é presidido pelo



C. Schlichthorst descreve a vida do Rio de Janeiro e do Brasil



Daniel P. Kidder conta o que viu no país entre 1837 e 1840

senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), os livros possuem 326 e 321 páginas respectivamente, tendo sido

impressos na Secretaria de Editoração e Publicações (Seep). *O Rio de Janeiro Como É* traz uma larga descrição da vida social, política e militar do Rio de Janeiro e do Brasil de 1824 a 1826, com um retrospecto dos acontecimentos ligados à Independência, feita com talento, cultura e bom gosto literário pelo ex-tenente de Granadeiros Alemães do Exército Imperial C. Schlichthorst.

Já *Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil*, que é da mesma coleção, constitui-se na "relação honesta, sincera e exata" de tudo que foi observado e visto pelo pastor metodista Kidder no Brasil, durante o período em que aqui viveu, de 1837 a 1840.

João Alberto quer ensino obrigatório em entidades para adolescentes infratores

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) quer tornar obrigatória a oferta de ensino fundamental para adolescentes nas entidades de internação para infratores. Projeto apresentado em março deste ano pelo senador altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990,



João Alberto defende garantia de ensino

acrescentando essa exigência a artigo que determina apenas a obrigatoriedade de realização de atividades pedagógicas.

O projeto está sendo examinado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS), devendo ser votado em decisão terminativa nesta última, o que elimina a ne-

cessidade de ir a Plenário se aprovado, salvo se houver recurso de um décimo dos senadores.

Na justificativa da proposição, João Alberto Souza afirma que essas instituições estão hoje superlotadas, sendo palco constante de motins, além de não oferecerem atividades para ocupar o tempo dos internos. "A inexistência ou a oferta irregular de atividades, sobretudo de propostas pedagógicas, faz com que as medidas socioeducativas impostas enfatizem apenas o aspecto repressivo", argumenta, lembrando que essa situação contraria os propósitos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segundo João Alberto, embora o estatuto imponha às unidades de privação de liberdade o dever de propiciar escolarização, essa determinação não tem sido suficientemente clara para deflagrar ações concretas. O objetivo do projeto é, portanto, definir melhor a idéia de "escolarização", que está traduzida pela obrigatoriedade de oferta de ensino fundamental regular no âmbito das próprias instituições.

— Trata-se, pois, da inserção da escola formal com programas adequados aos destinatários e voltados a promover alfabetização, superação da defasagem idade/série e progressão máxima da escolaridade — explica João Alberto, para quem a ênfase na educação é o único caminho para reverter o quadro social desses jovens.

Valmir propõe recibo anual para controle de prestações

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve apreciar ainda este mês projeto do senador Valmir Amaral (PMDB-DF) que obriga empresas públicas e privadas a fornecerem um recibo, comprovando que o consumidor quitou as mensalidades ao longo do ano. A iniciativa, conforme observou o senador, tem por objetivo di-

minuir o grande volume de papéis que o brasileiro é obrigado a guardar.

Valmir Amaral observou que um único recibo anual para cada tipo de serviço, como contas de água, luz, telefone e mensalidades escolares, simplificará o dia-a-dia do cidadão. Além do mais, informou, o projeto, caso seja convertido em lei, reduzirá a sonegação fiscal por



Valmir Amaral pretende evitar que o consumidor seja obrigado a acumular papéis

parte dos lojistas e prestadores de serviços, além de assegurar ao consumidor seu direito básico de ter todos os documentos sobre as operações comerciais de que participou.

Alcântara aponta alcance social reduzido da Internet

Apesar de reconhecer os benefícios proporcionados pelos avanços na área de tecnologia da informação, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) alertou para o fato de a disseminação de dados via rede mundial de computadores, a Internet, ainda ter um reduzido alcance na sociedade e propiciar a dominação econômica e cultural dos países de língua inglesa. Dentre os "perigos" da chamada "cibercultura", Alcântara destaca a perda das identidades locais em nome de uma cultura global ou mundial.

Outra questão preocupante apontada pelo parlamentar refere-se à exclusão social que marca o universo do ciberespaço. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), apresentados por ele, menos de 5% da população mundial têm acesso à Internet, dos quais 90% dos usuários estão em países industrializados. Quanto ao perfil dos internautas, são na maioria homens, jovens, do meio urbano, com nível superior de renda e educação.

Ao falar do cenário brasileiro, o senador informou a existência de 10 milhões de assinantes da rede de computadores, dos quais 72% pertencem às classes A e B, 60%

têm menos de 30 anos, 55% são homens e 57% moram na Região Sudeste. "Em outras palavras, poderíamos dizer que, no Brasil, o acesso à Internet ainda é excluído, pois alcança apenas os mais bem aquinhoados na pirâmide de estratificação econômica", declarou.

Diante desse quadro, Alcântara chamou atenção para o poder da Internet de consolidar assimetrias na posse e disseminação de conhecimentos. Além de ressaltar que o vocabulário corrente da rede está grafado em inglês (*home page, site, chat, e-mail*), o parlamentar lembrou que três quartos das informações que circulam por suas páginas também estão escritas nessa língua.

"Não repudio as contribuições culturais de outros povos, mas rejeito o predomínio", disse. Alcântara citou os esforços do Ministério da Educação para introduzir novas tecnologias de informação nas escolas públicas, a partir do Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo). Considerou, entretanto, modestos os investimentos feitos no programa, cerca de R\$ 100 milhões entre 1997 e 1998.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. Sebastião Rocha e o presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, Marcos Ávila, falam sobre o 1º Fórum Nacional de Saúde Ocular
7h30 — *Entrevista* — Sen. Mozerildo Cavalcanti fala sobre a CPI das ONGs
8h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
8h30 — *Saúde/Unip* — Diabetes — Parte 2
9h — *Especial* — Energia na Amazônia
9h30 — *Entrevista* — As jornalistas Violeta Contreras e Katia Gil falam sobre a 1ª Conferência Latino-Americana de Mulheres
10h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade
10h30 — *Especial* — Energia na Amazônia
11h — *Entrevista* — A jornalista Aixa Hévia Gonzales fala sobre a 1ª Conferência Latino-Americana de Mulheres
11h30 — *Idéias* — Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos
12h — *Cores do Brasil* — Brasília
12h30 — *Entrevista* — Sen. Mozerildo Cavalcanti fala sobre a CPI das ONGs
13h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade
13h30 — *Cidadania* — O sen. Sebastião Rocha e o presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, Marcos

Ávila, falam sobre o 1º Fórum Nacional de Saúde Ocular
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — *Entrevista* — As jornalistas Violeta Contreras e Katia Gil falam sobre a 1ª Conferência Latino-Americana de Mulheres
19h — *Idéias* — Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos
19h30 — *Cidadania* — O sen. Sebastião Rocha e o presidente do Conselho Brasileiro de Oftalmologia, Marcos Ávila, falam sobre o 1º Fórum Nacional de Saúde Ocular
20h30 — *Entrevista* — Sen. Mozerildo Cavalcanti fala sobre a CPI das ONGs
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — *Senado Primeira Hora* — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música, informação e serviços
14h15 — *Senado Notícias*
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — *A Voz do Brasil*
20h — Música e informação
22h — *Senado Notícias* — Segunda edição
23h — *Vozes do Século XX*

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Mulher deve ter preferência em título de posse, propõe Mauro

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) apresentou projeto de lei que dá à mulher preferência no recebimento do título de posse ou domínio de moradias populares distribuídas com recursos do Orçamento Geral da União. Segundo o senador, as mulheres enfrentam mais dificuldades para achar emprego, obter renda e criar os filhos, já que muitas vezes não recebem a solidariedade dos ex-maridos, ex-companheiros ou pais das suas crianças. Daí merecerem atenção maior do poder público. O projeto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta também estabelece que a preferência se dará por meio da fixação de uma cota mínima de 50%, destinada às mulheres de baixa renda nos programas de produção e distribuição de moradias oficiais com recursos da União. Para efeito dos programas, será considerada mulher de bai-



Mauro Miranda: "A mulher é, comprovadamente, a parte mais estável da célula familiar"

xa renda aquela cuja renda familiar for inferior a três salários mínimos. Outra regra prevista no projeto é a vedação à transferência de posse a quem detiver a posse dos imóveis.

— Em que pese o inestimável valor da presença do homem no lar, a mulher é o sustentáculo da família, por ser, comprovadamente, a parte mais estável da célula familiar, sobretudo nas camadas de menor poder aquisitivo — diz o senador.

Seminário em Vitória discutirá experiências de gestão urbana

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) convidou os senadores para participarem do II Seminário *Qualidades*, que será realizado em Vitória (ES) entre 23 e 25 de maio. O objetivo do encontro é incentivar a reflexão e a difusão de conhecimentos sobre gestão de cidades.

O seminário — uma iniciativa da prefeitura de Vitória e do Inmetro, com o apoio do jornal *Gazeta Mercantil* — terá como uma de suas principais atrações uma mesa-redonda sobre reforma urbana, com a participação de quatro prefeitos de capitais: César Maia (Rio), Célio de Castro (Belo Horizonte), Antônio Imbassahy (Salvador) e Luiz Paulo Vellozo Lucas (Vitória).

Paulo Hartung destacou também a realização de quatro painéis temáticos durante o seminário. Os professores José Goldemberg e Eduardo Gianetti, da Universidade de São Paulo, falarão sobre o aquecimento global e a qualidade de gestão, respectivamente. O professor Frank Moulaert, da Universidade de Lilly (França), fará uma exposição sobre o desenvolvimento local. Já o professor e arquiteto Cesare da Seta,



Paulo Hartung convidou os senadores para participarem do II Seminário *Qualidades*

da Universidade de Nápoles (Itália), falará sobre estética e qualidade de vida.

— Não haverá solução para os graves problemas sociais brasileiros fora de uma agenda de reforma urbana que abarque o redesenho institucional, a valorização de formas diretas de participação da sociedade na gestão local, a regularização da propriedade urbana, o equacionamento e a regulação dos investimentos, infra-estruturas e serviços compartilhados — afirmou o senador, lembrando que mais de 80% da população brasileira vive hoje em áreas urbanas.

O seminário contará ainda com dez painéis com casos brasileiros de gestão. Entre eles, as experiências de turismo ecológico em Bonito (MS), o licenciamento ambiental em Porto Alegre (RS), o Instituto Dragão do Mar, em Fortaleza (CE) e a política de desenvolvimento de Petrolina (PE), além da transformação da cidade basca de Bilbao (Espanha). O seminário será encerrado com uma palestra do sociólogo italiano Domenico de Masi sobre "A cidade na era pós-industrial".

José Jorge pode ser convocado para explicar racionamento

Proposta de audiência pública que será votada na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura também prevê a convocação do diretor-geral da Aneel

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) votará amanhã, em reunião marcada para as 10h, requerimento do senador Paulo Hartung (PPS-ES) para que o ministro de Minas e Energia, José Jorge, seja convocado a prestar esclarecimentos em audiência pública sobre o racionamento de energia elétrica. Hartung propõe que também sejam convidados para a audiência pública o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Miranda Abdo, e o presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Mário Fernando de Melo Santos.

Outro requerimento de Paulo Hartung que será examinado pelos senadores sugere um debate sobre a atual política tarifária do setor elétrico, para o qual ele sugere que, além do diretor-geral da Aneel, seja convidado também o superintendente de Regulação



Econômica da Aneel, César Antonio Gonçalves.

Na quarta-feira, às 18h, os membros da CI receberão uma delegação de seis senadores do México, que pretendem conhecer a experiência brasileira no campo da privatização do setor de energia elétrica.

Na reunião de amanhã, os senadores vão examinar, em decisão terminativa, projeto de lei do Senado que altera a relação des-

critiva das rodovias do Plano Nacional de Viação para incluir a rodovia estadual RO-339, de Rondônia. A proposta de federalização da rodovia é do senador Moreira Mendes (PFL-RO) e será relatada por Nabor Júnior (PMDB-AC). Também em caráter terminativo, a CI votará parecer favorável de Arlindo Porto (PTB-MG) a projeto de Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) que institui a Política de Recursos Hídricos.

Álvaro Dias sugere fundo para ajudar os municípios a financiarem iluminação pública

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examinará projeto do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) que cria o Fundo de Apoio aos Serviços de Iluminação Pública (Fasip). Caberá ao órgão, de acordo com o projeto, apoiar as despesas de custeio e investimentos em iluminação pública a cargo dos municípios brasileiros.

Álvaro Dias entende que a aprovação do projeto irá colocar um ponto final na controvérsia da

constitucionalidade ou não de leis municipais que instituíram a Taxa de Iluminação Pública (TIP). Segundo ele, existem várias ações judiciais questionando a legalidade da cobrança da taxa, o que vem comprometendo o serviço.

De acordo com a proposta do senador, caberá à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) gerir, acompanhar, fiscalizar e prestar contas da execução orçamentária do novo fundo, que será custeado

com recursos provenientes da União e da contribuição de 1% do faturamento das concessionárias do serviço público de distribuição de energia.

Álvaro Dias acredita que o fundo irá cobrir, pelo menos em parte, despesas de custeio e de investimento em iluminação pública nos municípios que estejam tendo dificuldades em manter esse tipo de serviço público — que, reconheceu ele, "é caro".

A energia pode acabar assim

Faça a sua parte!

Uma campanha de conscientização do uso da energia elétrica - Senado Federal

Subsecretaria de Projetos Especiais - C&D

CCJ debate projeto de nova Lei das Sociedades Anônimas

Audiência pública reúne amanhã presidente da Comissão de Valores Mobiliários e advogado especialista em Direito Tributário e Econômico

Com uma audiência pública marcada para as 10h de amanhã, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado amplia o debate em torno do projeto já aprovado pela Câmara dos Deputados que altera a Lei das Sociedades Anônimas, bem como o texto legal que regula o mercado de valores mobiliários e criou a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Na essência, a nova legislação busca ampliar a proteção e os direitos dos acionistas minoritários na gestão das corporações e por ocasião de sua venda. Também amplia os tipos de crimes cometidos no setor e agrava suas penas.

Depois de quatro anos tramitando na Câmara, a proposta deverá ter sua tramitação acelerada no Senado, como é intenção do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), presidente da CCJ. Amanhã, os parlamentares debaterão o projeto com o presidente da Comissão de Valores Mobiliários, José Luiz Osório de Almeida Filho, e com o advogado paulista Modesto Carvalhosa, especialista em Direito Tributário e Econômico, que contribuiu para esse texto. O relator da matéria na CCJ é José Agripino (PFL-RN).



José Agripino é o relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

A proposta já conta com emendas dos senadores Osmar Dias (PSDB-PR) e Paulo Hartung (PPS-ES). O parlamentar paranaense pretende incluir representantes de entidades de defesa dos interesses dos consumidores no Comitê de Padrões Contábeis, órgão previsto no projeto da nova Lei das Sociedades Anônimas para estudar, elaborar e divulgar princípios, procedimentos e padrões de contabilidade a serem observados pelas empresas de capital aberto. O objetivo é facilitar o acompanhamento da vida econômica e financeira dessas organizações, bem como sua fiscalização pelas autoridades e pelo conjunto dos acionistas, inclusive os mi-

noritários.

Já Paulo Hartung ofereceu diversas emendas ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Ele tem especial preocupação em aprimorar a tipificação dos crimes passíveis de serem cometidos contra o mercado acionário e os acionistas, em especial os minoritários, nas sociedades de capital aberto. O senador capixaba justifica sua preocupação com a preservação do produto "ação", essencial para a ampliação e o fortalecimento do mercado acionário.

Entre as emendas do senador Paulo Hartung está a proposta de incluir entre os crimes contra o mercado de capitais os casos de conduta irregular de administrador de sociedade anônima, atuando em benefício do controlador e em detrimento de outros acionistas. Pela lei em vigor, o administrador está sujeito a sanções apenas de natureza cível. O parlamentar propõe punição também na esfera criminal. Da mesma forma, Hartung sugere incluir entre os punidos pela prática de atos delituosos no mercado acionário os beneficiários desses atos, que tenham contribuído para tal prática criminosa, além de seus autores diretos.



Osmar Dias: recuperação do desenvolvimento passa pelo estímulo a pequenas empresas

co Central deverá aferir a exatidão dos valores que forem imputados aos empréstimos, podendo solicitar a participação de outros órgãos e entidades da administração pública federal.

Segundo Osmar Dias, a experiência do governo na realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) teve êxito e, por esse motivo, deve servir como modelo para inspirar outras políticas governamentais.

Osmar Dias defende mais recursos para microempresas

Os bancos públicos federais deverão aplicar 50% dos recursos ativos disponíveis para empréstimos em financiamentos de pequenas e microempresas, de acordo com regras a serem fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). A proposta faz parte de projeto de lei do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), aguardando designação do relator. Após avaliação da CCJ, a matéria será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O principal objetivo do projeto, segundo o senador, é criar mecanismos operacionais que obriguem as instituições públicas federais a investir, de forma maciça, em linhas de financiamento às pequenas e microempresas. "A

recuperação do desenvolvimento econômico brasileiro passa, necessariamente, pelo fortalecimento do estímulo às pequenas e microempresas", justifica o parlamentar.

De acordo com o projeto, os financiamentos concedidos terão os encargos financeiros ajustados para não exceder o limite de 12% ao ano e redutores de até 50% sobre as parcelas de amortização do principal e sobre os encargos financeiros, durante todo o prazo de vigência da operação, conforme deliberação do CMN.

Os contratos de financiamento também deverão ser feitos por bancos oficiais federais de acordo com diretrizes definidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ainda segundo o projeto, o Ban-

CPI das ONGs ouve o autor de "Máfia Verde"

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) no país, presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), reúne-se amanhã, após a ordem do dia, na sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, para ouvir depoimento de Lorenzo Carrasco, autor do livro *Máfia Verde*.

A comissão foi criada com base em dois fatos específicos: a atuação da Associação Amazônia, ONG que teria adquirido área superior a 172 mil hectares de terras públicas no sul de Roraima, o que seria irregular; e a interferência dessas organizações nas questões indígenas, am-



Mozarildo foi o autor do requerimento da CPI que agora preside

bientais e de segurança nacional, em especial na região amazônica.

Senador diz que pretende "separar o joio do trigo"

O presidente da CPI que investiga a atuação das organizações não-governamentais (ONGs), senador Mozarildo Cavalcanti, disse que o melhor resultado que pode ser alcançado pelas investigações é a proposição de uma legislação que normatize a atividade dessas organizações. O parlamentar, autor do requerimento para a instalação da CPI, disse que sua principal atuação será a de "separar o joio do trigo", ou seja, apontar as entidades "que forem efetivamente nefastas aos interesses nacionais".

— Nós não somos contra a existência dessas organizações, pelo contrário. A sociedade civil tem o direito de se organizar e, por meio do terceiro setor, ter suas instituições. O que nós queremos é que isso seja normatizado. Hoje, no Brasil, não há nenhuma legislação que possa dizer que uma instituição formada, por exemplo, na Inglaterra ou nos Estados Unidos venha para cá, receba recursos oriundos de corporações financeiras internacionais, aplique da forma que bem entenda e leve daqui coisas que não sabemos — afirmou o senador.

De acordo com Mozarildo, essas entidades podem levar desde informações — "o que já é uma coisa importante" — até material da nossa biodiversidade, o que, para ele, é "uma coisa seriíssima". Ele lembrou que esta semana a Polícia Federal apreendeu 300 quilogramas de tantalita e 3 toneladas de ametista que estavam

sendo transportadas pelo vice-presidente de uma ONG chamada Cooperíndio. Segundo o presidente da CPI, os minerais foram extraídos ilegalmente de terras indígenas. Fato ainda pior, para ele, é que a entidade pagava aos índios um preço vil pelo material. A tantalita, explicou, é matéria-prima de um material estratégico, o nióbio.

O senador destacou a necessidade de se empreender um diagnóstico cabal da atuação das ONGs no Brasil para que se possa propor uma legislação moderna sobre o chamado terceiro setor.

— Precisamos de uma legislação que seja moderna, sem xenofobia, mas que proteja primeiramente os interesses nacionais — afirmou.

O alvo preferencial da investigação pela CPI, informou o parlamentar, serão as ONGs que já estão denunciadas, com ocorrências registradas na Polícia Federal ou processos tramitando na Justiça. Acrescentou, no entanto, que a comissão estará aberta para receber novas informações, desde que fundamentadas.

De acordo com Mozarildo, os interesses dos índios deverão ser preservados unicamente com o cumprimento da lei. Lembrou que o governo federal é, constitucionalmente, o responsável por cuidar das unidades indígenas, por preservá-las e por assisti-las. As ONGs que desenvolvem um trabalho sério nessa área, segundo o parlamentar, receberão da CPI atestado de idoneidade.